

Governo quer tornar federal apuração sobre morte de jovem gay

(O Estado de S. Paulo, 12/09/2014) O governo deve pedir à Procuradoria-Geral da República a federalização das investigações sobre o assassinato do jovem homossexual João Antônio Donati, em Inhumas, na Região metropolitana de Goiânia. Ao admitir a preocupação com os crimes ocorridos em Goiás, a ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, disse nesta sexta-feira, 12, que o governo federal está acompanhando “com lupa” a situação no Estado.

Leia mais:

[O PL 122 e os labirintos de ignorância, má fé, romantismo..., por Rita Colaço \(Clippng LGBT, 13/09/2014\)](#)

[Procurador-geral da República quer que Justiça Federal analise crimes de ódio \(O Globo, 13/09/2014\)](#)

[Ministra quer lei antirracismo para punir homofobia \(O Globo, 13/09/2014\)](#)

“Crime de ódio em Goiás é recorrente e as investigações não andam. Sabe quando a estrutura está corrompida? Aí não tem jeito, entra na lógica da autoproteção”, afirmou Ideli. A ministra observou que, para enfrentar esse problema, a Secretaria de Direitos Humanos já pediu a federalização das apurações dos crimes de moradores em situação de rua e também do assassinato de um jornalista esportivo, em Goiânia, devendo repetir a prática agora.

As investigações sobre a morte do garçom João Antonio Donati, de 18 anos, indicam que ele foi vítima de homofobia. O corpo do jovem foi encontrado na manhã de quarta-feira, em um terreno baldio. Donati tinha várias sacolas plásticas e papéis colocados na boca. Nada lhe foi roubado.

Ideli citou esse assassinato e também o incêndio criminoso que, na madrugada de quinta-feira, destruiu o palco do Centro de Tradições Gaúchas (CTG), em Santana do Livramento (RS), como casos emblemáticos que podem destravar o debate sobre a criminalização da homofobia. Na segunda-feira, a presidente Dilma Rousseff disse a repórteres do Estado que a defesa da criminalização da homofobia está na sua boca, mas sinalizou que o tema pode não constar do programa para a reeleição.

O argumento é que o assunto se refere a uma política de Estado, não de governo. “O compromisso com a criminalização da homofobia será mantido em eventual segundo mandato, até porque nunca houve oposição a isso”, insistiu Ideli. A ministra negou que, quando era titular de Relações Institucionais, tenha sido orientada a barrar a votação do projeto de lei sobre o tema por temer represálias da bancada religiosa à candidatura de Dilma.

A titular de Direitos Humanos acompanhará, na tarde deste sábado, a cerimônia de casamento coletivo (hetero e homoafetivo) no Centro de Tradições Gaúchas, em Santana do Livramento. Há fortes indícios de que o incêndio ali tenha sido provocado em represália à união entre duas mulheres.

‘Macaco’. “O que aconteceu em Santana do Livramento é equivalente, do meu ponto de vista, à história do xingamento do goleiro, vítima de racismo”, disse Ideli, numa referência ao episódio ocorrido no último dia 28, quando uma torcedora do Grêmio chamou de “macaco” o goleiro Aranha, do Santos.

Para Ideli, o combate ao preconceito, à discriminação e à violência também é feito por meio de ações que provocam constrangimento social. “Muitas vezes isso é mais eficiente do que a própria lei. Com certeza, quem for chamar alguém de macaco, de agora em diante terá na sua mente a figura daquela moça (a torcedora Patrícia Moreira, obrigada a prestar depoimento na Polícia) estampada em todos os jornais e revistas”, afirmou a ministra.

Acesse no site de origem: [Governo quer tornar federal apuração sobre morte de jovem gay \(O Estado de S. Paulo, 12/09/2014\)](#)